



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO:

- 1.1. REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para a prestação de serviços continuados de dos serviços de locação de veículos adaptados para transporte de pacientes por meio de **AMBULÂNCIAS** de tipos **B, C e D, Veículo tipo VAN FURGÃO e veículo tipo SUV**, Objetivando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contado da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado até 10 (dez) anos, na forma do Art. 105 da Lei nº 14.133/21.

### 2. ÓRGÃO SOLICITANTE:

- 2.1. Secretaria Municipal de Saúde (**SEMUSA**).

### 3. DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

- 3.1. A necessidade da futura contratação decorre da necessidade de substituição do serviço prestado por contratação emergencial de prestação dos serviços de transporte de emergência por ambulâncias aos munícipes.
- 3.2. As ambulâncias de **tipo B** furgão, com a finalidade de transporte entre hospitais de pacientes com risco de vida desconhecido, não classificado com potencial de necessitar intervenção médica no local e/ou durante transporte até o serviço de destino, para rodagem em estradas mistas (com e sem pavimentação asfáltica).
- 3.3. As ambulâncias de **tipo C** são **ambulâncias de resgate**, ou seja, são veículos de atendimento de urgências pré-hospitalares de pacientes vítimas de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CABO FRIO  
SECRETARIA DE SAÚDE

Processo: 18088/2025
Fls.
Rubrica:

acidentes ou pacientes em locais de difícil acesso, com equipamentos de salvamento (terrestre, aquático e em alturas).

**3.4.** Por fim, as de **tipo D** são ambulâncias de **suporte avançado**, são veículos destinados ao atendimento e transporte de pacientes de alto risco em emergências pré-hospitalares e/ou de transporte inter-hospitalar que necessitam de cuidados médicos intensivos. Deve contar com os equipamentos médicos necessários para esta função.

**3.5.** Veículo tipo **VAN FURGÃO**, para atender a demanda do Almoxarifado Central com entregas de mercadorias, insumos e medicamentos nas unidades de Saúde no 1º e 2º Distrito de Cabo Frio.

**3.6.** Veículo tipo **SUV**, para atender o PROGRAMA MELHOR EM CASA, em Cabo Frio, parte da rede do Sistema Único de Saúde (SUS), oferece atendimento médico, de enfermagem e reabilitação no conforto do lar para pacientes com dificuldades de locomoção, idosos ou acamados que necessitam de cuidados diários. O acesso é feito principalmente por encaminhamento de hospitais, UPAS ou via UBS, com foco na desospitalização e suporte a doenças crônicas ou pós-operatório, para tratamento de paciente em domicílio tanto no 1º distrito (Hospital Otime Cardoso dos Santos – Jardim Esperança e Sede da Secretaria Municipal de Saúde), quanto no 2º distrito (central de marcação de exames).

**3.7.** Considerando a estimativa de atendimentos mensais previsto em documento do setor técnico, comprovando a necessidade do quantitativo elencado, de forma a suprir todas as necessidades de transporte de pacientes do Município de Cabo Frio de forma a manter os atendimentos e resgates de forma regular e não comprometendo sua prestação à população.

**3.8.** Tal contratação se faz necessária e urgente de forma a evitar falhas no atendimento e danos irreparáveis aos pacientes necessitados do referido serviço.

**3.9.** A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) da Secretaria Municipal de Saúde para o exercício de 2025/2026 no item 348, conforme planejamento estratégico da pasta, alinhado à programação anual de ações de campo da Vigilância Ambiental. Os recursos orçamentários estão devidamente previstos na dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde, destinada à locação de ambulâncias.



**3.10. Enquadramento Legal:** Art. 28, inciso II, da Lei Federal Nº 14.133/21, e Art. 65, do Decreto Municipal Nº 7074/23.

#### **4. DA EXECUÇÃO/INFORMAÇÕES GERAIS ACERCA DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** Os veículos, deverão ser entregues no ato da assinatura do contrato, a partir da autorização do responsável pelo contrato e solicitação formal, bem como estar à disposição da SEMUSA em perfeitas condições de funcionamento e uso, higienizados, com documentação atualizada, emplacados, obedecendo aos pontos de estacionamento, em alerta para utilização 24h por dia, sete dias por semana.

**4.2.** A CONTRATADA responsabilizar-se-á pelo socorro mecânico com guincho, bem como pela manutenção preventiva e corretiva.

**4.2.1.** Entende-se preventiva aquela constante no plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do veículo) e corretiva aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorram de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas e quaisquer outras despesas que, direta ou indiretamente, incidam ou venham a incidir sobre a execução do Objeto deste termo de referência, com todos os ônus e expensas da CONTRATADA, bem como prestar assistência 24 horas.

**4.3.** A CONTRATADA deverá entregar e manter os veículos em perfeito estado de conservação, limpeza e segurança, devendo os mesmos estar em fiel obediência a Legislação de Trânsito (Lei nº 9.503/97, de 23.09.97) - Código de Trânsito Brasileiro, inclusive quanto ao registro e concessão de operação nos Órgãos competentes, podendo a CONTRATANTE, sempre que julgar necessário e pertinente, exigir a imediata substituição daqueles veículos que não estejam nas condições ideais de trafegabilidade, sendo esta substituição por veículo de mesmas especificações e características ou de qualidade superior.

**4.4.** Os veículos requisitados deverão estar devidamente licenciados, equipados e totalmente regularizados e em nome da contratada, com rastreador, apólice de seguro total de forma a atender todas as exigências do Código de



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CABO FRIO  
SECRETARIA DE SAÚDE**

**Processo: 18088/2025**

**Fls.**

**Rubrica:**

Trânsito Brasileiro e de acordo com a NBR 14561/2000 onde são definidas as normas de conduta e conteúdo do equipamento a ser utilizado nos veículos.

**4.5.** Até 04 (quatro) anos de fabricação veículo O km, (veículos em estoque de fábrica).

**4.6.** Em caso de avaria, acidente, ou manutenção corretiva, fica a empresa responsável pela substituição do veículo, de mesmas especificações e características ou de qualidade superior, obedecendo ao prazo de execução da disponibilidade contratual, não causando prejuízos e interrupção no atendimento dos pacientes. Quando o veículo for para a manutenção preventiva (com a devida comunicação prévia, de até 03 dias antes da realização da manutenção preventiva, ao CONTRATANTE), a substituição deverá ser automática por um veículo com as mesmas características e especificações técnicas ou de qualidade superior.

**4.7.** As manutenções preventivas ocorrerão periodicamente, em dias e horários a serem acordados entre as partes, enquanto as corretivas se darão sempre que solicitadas pelo CONTRATANTE, e quando houver a real necessidade verificada. Quando solicitado, a CONTRATADA deverá, também, providenciar laudo técnico sobre as condições de uso dos pneus do veículo e, caso o laudo seja desfavorável, a substituição deverá ser imediata.

**4.8.** As manutenções preventivas e corretivas abrangem a realização de geometria e balanceamento.

**4.9.** No caso de acidentes automobilísticos, incidentes, sinistros de um modo geral, roubos, furtos, ou qualquer outra ocorrência que venha a causar danos ao veículo locado, por culpa ou não da CONTRATADA, a CONTRATADA providenciará a devida comunicação para elaboração do Registro de Ocorrência. Sendo a remoção, despesa com guinchos, franquias de seguro, se for o caso, e outras despesas relativas aos veículos sinistrados são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

**4.10.** A CONTRATADA se responsabilizará pela cobertura contra danos materiais e pessoais ocasionados a terceiros.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CABO FRIO  
SECRETARIA DE SAÚDE**

<b>Processo: 18088/2025</b>
<b>Fls.</b>
<b>Rubrica:</b>

**4.11.** As multas deverão ser protocoladas pela contratada na Secretaria Municipal de Saúde em tempo hábil para identificação do real infrator e providências quanto ao recurso. A CONTRATANTE não se responsabilizará em caso de notificações fora do prazo ou 24h antes do vencimento.

**4.12.** No início da prestação dos serviços e periodicamente será realizada vistoria, sendo emitido o Termo de Vistoria, onde serão registradas as condições de funcionamento e conservação dos veículos.

**4.13.** A CONTRATADA deverá entregar os veículos, com toda a documentação regular, inclusive: comprovante de Registro de Licenciamento referente ao exercício de 2026, comprovante de quitação do IPVA, cópias autenticadas das apólices de seguro obrigatórios (DPVAT) atualizadas, cópia autenticada do Certificado de Registro de Veículo – CRV, em no máximo 15 (quinze) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

**4.14.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**4.15.** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**4.16.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**4.17.** Atualizar os dados, junto ao Agente Fiscalizador da Contratante, em caso de troca de do veículo.

**4.18.** Exercer rígido controle com relação em manter regularizada a documentação dos veículos junto ao DETRAN e validade de equipamentos obrigatórios.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CABO FRIO  
SECRETARIA DE SAÚDE**

Processo: 18088/2025

Fls.

Rubrica:

**4.19.** Deverá possuir todos os equipamentos obrigatórios, face ao Código Nacional de Trânsito e a NBR 14561/2000;

**4.20.** O veículo deverá estar também à disposição da Locatária aos sábados, feriados e pontos facultativos;

**4.21.** O veículo deverá estar de prontidão para atendimentos inclusive aos domingos a critério da Locatária.

**4.22.** A remuneração pelos serviços prestados será em valor cobrado mensal, independente da quilometragem de rodagem dos veículos;

**4.23.** Os serviços prestados em horários noturnos, fins de semana ou feriados não implicam em majoração do valor a ser pago à Contratada, por serem serviços de caráter ininterruptos;

**4.24.** O combustível, e o motorista serão por conta da CONTRATANTE.

**4.25.** Os veículos, obrigatoriamente (inclusive os de reposição), deverão estar caracterizados conforme o padrão estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio e aprovado pela Secretaria de Comunicação.

**4.26.** Fica a cargo da CONTRATADA despesas como IPVA, Licenciamento anual, seguros obrigatórios, bem como toda e qualquer despesa decorrente da locação, encargos diretos e indiretos e todos os custos inerentes à plena e satisfatória locação.

**4.27.** Os veículos deverão possuir seguro total com assistência 24h, seguro contra terceiros, danos corporais e materiais, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

**4.28.** A limpeza e total higienização são de responsabilidade da CONTRATADA, tornando-se obrigada a manter os veículos em total condição de uso e semanalmente providenciar a limpeza e higienização dos mesmos.

## **5. DA SOLUÇÃO:**

**5.1.** A solução proposta visa garantir um atendimento mais rápido e eficaz para os pacientes que necessitam de deslocamento por meio de ambulâncias, otimizando o tempo de resposta e melhorando a qualidade do serviço prestado.



## 6. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

### 6.1. Pregão pelo Sistema de Registro de Preços

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços**, conforme art. 78, inciso IV, da Lei Federal Nº 14.133/21, e Art. 180, do Decreto Municipal Nº 7074/23. Quanto ao critério de julgamento, será utilizado o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17 §2º e 34, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Por se tratar de registro de preços, o quantitativo mínimo previsto para esta demanda deverá ser de 30% (trinta por cento) para cada item. Considerando que o presente certame será processado pelo modo de disputa menor preço global, com julgamento pelo valor global do objeto, não será admitida a oferta de quantitativo inferior ao total previsto na planilha constante no Anexo I do Termo de Referência, devendo o licitante apresentar proposta contemplando a integralidade dos quantitativos estimados.

Quanto à possibilidade de previsão de preços diferentes, nas hipóteses previstas no Art. 187, VIII do Decreto Municipal nº7074/2023, registra-se que, em razão das características do objeto da presente contratação, tal disposição não se aplica ao presente certame, não havendo previsão de variação de preços em função de local de entrega, forma de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo justificável no processo.

O presente processo, traz a opção pelo Sistema de Registro de Preços originário da modalidade Pregão Eletrônico, a qual é a mais viável para a contratação do objeto pretendido, pois possui características vantajosas, por exemplo o fato da existência de facultatividade na contratação dos serviços do objeto licitado, tendo a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis motivo de se optar pelo sistema de registro de preços.

A opção pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), para esta licitação, deve-se ao fato de este sistema ser um forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, por ser um procedimento que resulta em vantagens à Administração, descomplicando procedimentos para contratação de execução,





reduzindo a quantidade de licitações, propiciando e facilitando um maior número de ofertantes, inclusive a participação das pequenas e médias empresas, enxugando os gastos do erário, por registrar preços e disponibilizá-los por um ano em Ata para quando surgir a necessidade, executar o objeto registrado, sem entraves burocráticos, entre outras vantagens.

Conforme disposições legais, o Sistema de Registro de Preços pode ser adotado tanto nas contratações para aquisição de bens ou produtos, como para a prestação de serviços, desde que o objeto se enquadre em uma das hipóteses previstas no art. 180 do Decreto 7074/2023.

O regulamento determina que as licitações para registro de preços podem ser realizadas nas modalidades concorrência e pregão. Como o objeto se enquadra em objeto de natureza comum, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado, o objeto pode ser licitado, pela SRP visto que se adequa às hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021

Nesse sentido, justifica-se ainda a motivação para utilização do Sistema de Registro de Preços em razão da demanda ser eventual e futura, sendo utilizado o registro de acordo com a necessidade das secretarias, levando em consideração o desgaste natural. Outro ponto que merece destaque é o emprego de recursos financeiros somente para o atendimento imediato da demanda.

## **7. DA INVERSÃO DE FASES – HABILITAÇÃO:**

A presente licitação será realizada com INVERSÃO DE FASES, permitida no art. 17, §1º da NLLC, devendo a habilitação dos licitantes preceder a fase de apresentação de propostas e lances, em busca da melhor prestação dos serviços que compõem o objeto deste certame.

Ressalta-se que o sistema de inversão de fases adotado nesse processo traz a condição eficiente e necessária de disputa para os concorrentes aptos a executar o processo da contratação, garantindo um ganho em qualidade dos serviços e bens adquiridos, além de reduzir significativamente o tempo e os custos associados ao processo de licitação.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CABO FRIO  
SECRETARIA DE SAÚDE**

<b>Processo: 18088/2025</b>
<b>Fls.</b>
<b>Rubrica:</b>

A habilitação prévia da documentação possui um caráter de gerenciamento de riscos, contribuindo para a seleção de fornecedores capacitados, resultando em contratações de qualidade e mais eficazes. Essa adoção de inversão das fases não causa prejuízos quanto à igualdade de condições, à competitividade, uma vez que o termo de referência estabelece critérios objetivos de habilitação, bem como os valores da contratação são evidenciados por planilhas de composição de custos definidos pela legislação ta, tributária e previdenciária. Ou seja, a administração pública não será onerada com preços acima do praticado no mercado, obtendo preços justos com maior garantia de viabilidade de execução. Entre os benefícios da adoção da inversão de fases, a antecipação da habilitação contribui para um ambiente de maior transparência, permitindo que todas as empresas possam competir em condições iguais desde o início. Essa transparência favorece também que todos os participantes estejam cientes dos critérios e requisitos necessários, evitando surpresas na fase de apresentação de propostas. Outra vantagem é a seleção mais criteriosa desde o início, pois o processo seletivo concentra-se na escolha de empresas qualificadas. Aquelas que possuem comprovada capacidade técnica e operacional são incentivadas a participar, resultando em uma concorrência de maior qualidade, ou seja, afastando eventuais “aventureiros” que participam apenas da fase de lances, diminuindo sobremaneira os preços. A escolha de fornecedores qualificados desde o início também contribui para a continuidade e eficiência dos serviços, evitando interrupções indesejadas. Ao evitar a participação de empresas não qualificadas, contribui ainda para uma definição de preço mais realista e alinhado com as reais demandas e exigências do Poder executivo, evitando subestimações que poderiam comprometer a qualidade do serviço. A inversão de fases mostra-se justificável e mais eficiente, especialmente em contratações que envolvem a locação de veículos, cujo objeto exige não apenas menor preço, mas também a efetiva capacidade técnica e estrutura operacional por parte da empresa contratada. Verifica-se, com frequência, que empresas sem capital social adequado, sem experiência comprovada ou sem os meios técnicos necessários acabam apresentando lances inferiores, mas, ao serem submetidas à fase de habilitação posterior, demonstram não atender aos requisitos exigidos no edital. Tal circunstância acarreta prejuízos significativos à Administração, com a perda de tempo processual, risco de inexecução contratual e, não raramente, o comprometimento da



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CABO FRIO  
SECRETARIA DE SAÚDE

Processo: 18088/2025

Fls.

Rubrica:

finalidade pública, seja pela frustração do certame, seja pelo vencimento do prazo legal ou orçamentário para a contratação

## 8. MEMORIAL DESCRITIVO:

### 8.1. Detalhamento do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE
1	Ambulância tipo B	Unid.	03
2	Ambulância tipo C	Unid.	17
3	Ambulância tipo D	Unid.	06
4	Van Furgão	Unid.	03
5	Veículo SUV	Unid.	03

## 9. DO VALOR E PROPOSTA:

9.1. O custo estimado total da contratação será estimado pela **Secretaria- Adjunta de Compras e Licitação (ADCL)**, considerando o Decreto Municipal nº 7543/25 Art. 20, conforme custos resultantes da **Pesquisa de Preços** acostadas ao referido processo, o que não exime a necessidade do levantamento de valor apresentado no **ETP**.

9.2. A proposta deverá ser digitada, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, e deverá conter os seguintes elementos:

9.2.1. Indicar CNPJ, e-mail, endereço e telefone de contato;

9.2.2. especificação do item com preço unitário e total expressos em moeda corrente nacional em algarismos e por extenso, relativo ao item cotado, já inclusa todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 10. DA GARANTIA DA PROPOSTA E DO CONTRATO:

10.1. A garantia de proposta, ou da caução de participação, deverá ter prazo de validade de no mínimo 30 (trinta) dias além do prazo de validade de validade da



proposta, Caso haja prorrogação do prazo de validade da proposta, a garantia deverá ser igualmente prorrogada.

**10.2.** Da validade da proposta durante o procedimento licitatório, evitando a recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços ou contrato administrativo ou o recebimento da nota de empenho ou que deixe de apresentar os documentos necessários para formalização da contratação e afastar licitantes despreparados, aventureiros e descompromissados. Essas medidas visam preservar a integridade do processo licitatório e garantir a seriedade e o comprometimento dos licitantes, contribuindo para uma concorrência justa e isonômica.

**10.3.** Será exigida a garantia da proposta de que tratam o art. 58 da Lei nº 14.133, de 2021:

*“Art. 58. Poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.*

*§ 1º A garantia de proposta não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.*

*§ 2º A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.*

*§ 3º Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.*

*§ 4º A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 desta Lei.”*

**10.4.** Prestação de garantia de proposta no valor correspondente a **1% (um por cento)** do valor estimado para execução dos serviços, art. 58 da Lei nº



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CABO FRIO  
SECRETARIA DE SAÚDE**

<b>Processo: 18088/2025</b>
<b>Fls.</b>
<b>Rubrica:</b>

14.133/2021, devendo ser apresentada em uma das modalidades previstas no o art.96 § 1º da Lei n.º 14.133/21:

- I. Caução em dinheiro;
- II. Seguro-garantia;
- III. Fiança bancária.

**10.4.1.** Os dados bancários para realização da garantia, na modalidade disposta no art. 96, §1º, inciso I, da Lei Federal 14.133/2021, quais sejam:

Banco do Brasil

Agencia: 0150-3

Conta Corrente 73.070-x

CNPJ: 28.549.483/0001-05

Titularidade: Prefeitura Municipal de Cabo Frio

**10.5.** A empresa licitante no ato do cadastramento de sua Proposta de Preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, deverá inserir a GARANTIA DE PROPOSTA junto dos documentos de habilitação para o presente objeto, conforme prevê art. 58 da Lei nº 14.133/2021 que estabelece nas licitações que envolvem o fornecimento de bens ou serviços, a possibilidade de exigência da garantia de proposta, que visa assegurar a manutenção das condições oferecidas pela licitante, protegendo a Administração Pública contra desistências e descumprimentos da proposta.

**10.6.** O encaminhamento do certificado de garantia deverá ser anexado em campo específico disponível no sistema Licitanet, no qual deverá conter todas as informações da empresa.

**10.7.** O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, através de uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei 14.133/2021.

## **11.DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTA E SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CABO FRIO  
SECRETARIA DE SAÚDE

Processo: 18088/2025
Fls.
Rubrica:

11.1. A proposta da CONTRATADA deverá atender integralmente as especificações contidas neste Termo de Referência.

11.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

11.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

11.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.7. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

11.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

11.9. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.



**11.10.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**11.11.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**11.12.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**11.13. Habilitações fiscal, social e trabalhista:**

**11.13.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**11.13.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**11.13.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**11.13.4.** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**11.13.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CABO FRIO  
SECRETARIA DE SAÚDE

Processo: 18088/2025
Fls.
Rubrica:

**11.13.6.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**11.13.6.1.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

**11.13.7.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**11.13.7.1.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

**11.13.7.2. Da Habilitação Jurídica:**

**11.13.8.** Cédula de Identidade do responsável Legal.

**11.13.9.** Conforme o tipo societário serão exigidos os itens na seguinte forma:

**11.13.9.1. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou

**11.13.9.2. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>; ou

**11.13.9.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; ou





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CABO FRIO  
SECRETARIA DE SAÚDE

Processo: 18088/2025
Fls.
Rubrica:

11.13.9.4. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

11.13.9.5. Decreto de autorização, em se tratando de **empresa ou sociedades estrangeiras em funcionamento no País**, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**11.13.10.** Prova de registro, arquivamento ou inscrição na Junta Comercial, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou em repartições competentes, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, bem como da ata de eleição do termo de investidura dos representantes legais da pessoa jurídica.

**11.13.11.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**11.14. Habilitações fiscal, social e trabalhista:**

**11.14.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**11.14.2.** Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**11.14.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**11.14.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CABO FRIO  
SECRETARIA DE SAÚDE

Processo: 18088/2025
Fls.
Rubrica:

**11.14.5.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.14.5.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

**11.14.6.** Certidão de Regularidade da **Fazenda Municipal**, da sede do proponente;

**11.14.7.** Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual ou Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.14.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

**11.15. Da Qualificação Econômico-Financeira:**

**11.15.1.** Certidão Negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca de Cabo Frio, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial.

**11.15.2.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, acompanhados de suas respectivas declarações, assinadas pelo Contador, acompanhada da Certidão de Habilitação Profissional, conforme Resolução CFC Nº 1637/2021, que ateste o atendimento pela licitante dos índices econômicos exigidos neste edital, a



saber:

$ILG = (AC + RLP)/PE$ , onde

AC = Ativo circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PE = Passível Exigível = Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

É vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

#### **11.16. Das Declarações:**

**11.16.1.** Declaração de que não emprega cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidores do Município de Cabo Frio-RJ, em cumprimento aos requisitos **do artigo 9º, §1º, da Lei nº 14.133/21.**

**11.16.2.** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do **artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.**

**11.16.3.** Declaração de Cumprimento de Reserva de Cargos, na forma do **artigo 63, IV, da Lei nº 14.133/21.**

**11.17.** Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Termo de Referência pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

## **12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**12.1.** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto desta licitação, consistente na apresentação de 01 (um) ou mais, atestados ou declarações de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove (m) a prestação dos serviços com qualidade na quantidade de pelo menos 50% do valor previsto neste instrumento de cada item.

**12.2.** Licença Sanitária de Funcionamento – Vigilância Sanitária;



**12.3.** Caso algum documento seja emitido pela “Internet”, não será necessária a sua autenticação, uma vez que será efetuada a devida conferência, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, no “site” do órgão competente.

### **13. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO:**

**13.1.** A licitação adotará o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

**13.2.** Homologada a licitação, será lavrado um documento vinculativo obrigacional com força de compromisso para futura aquisição denominado Ata de Registro de Preços – ARP.

**13.3.** A(s) Adjudicatária(s) terá(ão) até 05 (cinco) dias úteis contados da sua convocação para assinar a ARP, sob pena de decair o direito à contratação.

**13.4.** A ARP terá validade e vigência por 01 (um) ano, contado a partir da publicação do seu resumo na Imprensa Oficial, prorrogável por igual período, desde que comprovado a vantajosidade dos valores a serem prorrogados, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e Art. 189, do Decreto Municipal 7074/23.

**13.4.1.** No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

**13.4.2.** O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

**13.4.3.** A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

**13.5.** A ARP durante a sua vigência e desde que já utilizada por algum dos participantes, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia e expressa anuência do órgão gerenciador, conforme Art. 197, do Decreto Municipal 7074/23.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CABO FRIO  
SECRETARIA DE SAÚDE

Processo: 18088/2025
Fls.
Rubrica:

**13.6.** Por se tratar de registro de preços, o quantitativo mínimo previsto para esta demanda deverá ser de **30% (trinta por cento)** para cada item, conforme especificado na planilha contida no **ANEXO III** deste Termo de Referência.

**13.6.1.** Respeitando-se o arredondamento dos itens naturalmente indivisíveis, será considerado o arredondamento para cima nos casos aplicáveis.

**13.7.** Considerando o inc. IV do art. 82 da Lei nº 14.133/21, a Secretaria detentora da ARP não se opõe a licitante que ofertar a quantidade inferior ao máximo previsto na planilha contida no **ANEXO III** deste Termo de Referência, desde que, haja outro(s) licitante(s) ofertando os demais quantitativos observados os mesmos padrões de qualidade, critérios e marcas a serem fornecidos, a fim de obter padronização no fornecimento do objeto.

**13.8.** No que tange ao inc. VIII do art. 82 da Lei nº 14.133/21 segue a integralidade da Lei.

**13.9.** A contratação firmada junto à Ata de Registro de Preços será efetivada mediante Termo de Contrato, ou instrumento hábil a substituí-lo, nas hipóteses do Art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

**13.10.** Será admitida adesão a Ata de Registro de Preços, observando-se o limite do § 5º do Art. 86 da Lei nº 14.133/21.

**13.11.** As aquisições mediante adesão a Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata, conforme definido no § 4º do Art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

**13.12.** As aquisições mediante adesão não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ARP, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**13.13.** O objeto da licitação não demanda alta especialização técnica ou complexidade. Assim sendo, não é permitida a participação de consórcios, com base na análise de que a participação isolada de empresas é suficiente para atender a singularidade do objeto licitado.

#### **14. DO PAGAMENTO:**



#### 14.1. Forma de Pagamento:

14.1.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CONTRATADO.

14.1.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

#### 14.2. Prazo de Pagamento:

14.2.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal.

14.2.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal quando o órgão CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato.

14.2.3. No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos ao CONTRATADO serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### 14.3. Condições de Pagamento:

14.3.1. A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

14.3.2. As Notas Fiscais devem ser discriminativas, em 02 (duas) vias, devidamente atestada por 02 (dois) servidores designados pelo setor competente, demonstrando que os bens foram entregues conforme pactuado, em nome da **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 12.292.556/0001-88**.

14.3.3. Quando houver glosa parcial do objeto, à CONTRATANTE deverá comunicar a empresa para que emita nota fiscal com o valor exato dimensionado.

14.3.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CABO FRIO  
SECRETARIA DE SAÚDE

Processo: 18088/2025
Fls.
Rubrica:

- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**14.3.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação não acarretando qualquer ônus para a contratante.

**14.3.6.** A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**14.3.7.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**14.3.8.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

**14.3.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**14.3.10.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.





**14.3.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **15. DA GESTÃO DO CONTRATO:**

**15.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

**15.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

**15.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

**15.3.1.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

**15.3.2.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

**15.4.** O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

**15.5.** O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).



**15.6.** Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

**15.6.1.** A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

**15.7.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

**15.8.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

**15.9.** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

**15.10.** Antes do pagamento da nota fiscal, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

**15.11.** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **16. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:**

**16.1.** A fiscalização da contratação decorrente do termo de referência caberá a servidor indicado em tempo hábil pela CONTRATANTE, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21 e do Decreto Municipal nº 6.941/2022.

**16.2.** São atividades inerentes à fiscalização do contrato:

**16.2.1.** Responder a eventuais esclarecimentos técnicos dos licitantes;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CABO FRIO  
SECRETARIA DE SAÚDE**

Processo: 18088/2025

Fls.

Rubrica:

**16.2.2.** Após a conclusão da contratação, providenciar cópias e/ou anotações de todas as informações relevantes a respeito do Contrato, bem como de toda a documentação e legislação pertinentes;

**16.2.3.** Certificar-se de obter informações completas de contato sobre o preposto da empresa e seu substituto, assim como as tabelas de publicação vigentes nos respectivos periódicos e seus horários de fechamento para envio de publicações;

**16.2.4.** Manter livro ou registro onde anotar todas as ocorrências relevantes referentes ao contrato, incluindo eventuais irregularidades;

**16.2.5.** Apresentar, quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução contratual;

**16.2.6.** Notificar por escrito ao Gestor sobre quaisquer falhas ou atrasos na execução contratual, bem como qualquer descumprimento das obrigações estabelecidas (caso não consiga solucioná-las no contato com o preposto da CONTRATADA);

**16.2.7.** Atestar as Notas Fiscais emitidas pela CONTRATADA (verificando seu correto preenchimento), após o adimplemento da obrigação no período em referência;

**16.3.** Ficam reservados ao Gestor do contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para a CONTRATANTE ou modificação da contratação;

**16.4.** As decisões que ultrapassarem a competência do Gestor do contrato deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA à autoridade administrativa imediatamente superior ao Gestor, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes;

**16.5.** A existência e a atuação da gestão e da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a CONTRATANTE ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CABO FRIO  
SECRETARIA DE SAÚDE**

Processo: 18088/2025
Fls.
Rubrica:

ressarcimento imediato a Administração Pública dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades;

**16.6.** Conforme previsto no Estudo Técnico Preliminar (ETP), serão fiscais da prestação de serviço pretendida os servidores:

**Fiscais:**

Nome completo: José Luis Mangifeste da Silva, Matrícula: 231203387

Nome completo: Ezequiel Cândido da Silva, Portaria 594/25

**17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**17.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos.

**17.2.** Receber o objeto / prestação de serviço no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

**17.3.** Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

**17.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO.

**17.5.** Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

**17.6.** Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

**17.7.** Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO.

**17.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



**17.8.1.** Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

**17.9.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

**18.1.** O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo de referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**18.1.1.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

**18.1.2.** comunicar ao Contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**18.1.3.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte e no prazo fixado pelo contratante, as funcionalidades do sistema nas quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

**18.1.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

**18.1.5.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá enviar a contratante os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CABO FRIO  
SECRETARIA DE SAÚDE

Processo: 18088/2025
Fls.
Rubrica:

a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e 6) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).

**18.1.6.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

**18.1.7.** Comunicar a contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

**18.1.8.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**18.1.9.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta.

**18.1.10.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

**18.1.11.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

**18.1.12.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

**18.2.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CABO FRIO  
SECRETARIA DE SAÚDE**

<b>Processo: 18088/2025</b>
<b>Fls.</b>
<b>Rubrica:</b>

- 18.3.** Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 18.4.** Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 18.5.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 18.6.** Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 18.7.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 18.8.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 18.9.** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 18.10.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 18.11.** A frota deverá estar disponível 24h por dia, todos os dias da semana;
- 18.12.** É responsabilidade da contratada a substituição imediata do veículo, quando não estiver em condições de rodagem;
- 18.13.** É responsabilidade da contratada a manutenção mecânica, elétrica e preventiva, com substituição de peças. inclusive as, trocas, consertos obedecendo às indicações contidas no manual de fabricação do veículo, sem ônus à contratante.
- 18.14.** É de responsabilidade da contratante as manutenções referentes aos pneus (troca e consertos)





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CABO FRIO  
SECRETARIA DE SAÚDE**

<b>Processo:</b> 18088/2025
<b>Fls.</b>
<b>Rubrica:</b>

**18.15.** A higienização da frota ocorrerá de forma semanal e será de inteira responsabilidade da contratada

**18.16.** A contratada deverá assumir todas as despesas decorrentes de danos materiais causados aos veículos ou bens de terceiros, bem como danos pessoais aos seus ocupantes e a terceiros, de sua responsabilidade;

**18.17.** Os veículos deverão possuir seguro total com assistência 24h, seguro contra terceiros, danos corporais e materiais, o qual será de responsabilidade da contratada;

**18.18.** Os veículos deverão ser entregues com certificado de registro e licenciamento e/ou documentos cabíveis que comprovem propriedade ou posse, mediante contrato de arrendamento mercantil (leasing), em nome da contratada;

**18.19.** Os veículos deverão estar munidos de todos os equipamentos de segurança previstos pela legislação de trânsito incluindo GPS;

**18.20.** Os veículos, obrigatoriamente (inclusive os de reposição), deverão estar caracterizados conforme o padrão estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio e aprovado pela Secretaria de Comunicação.

**18.21.** A quilometragem mensal será livre;

**18.22.** É de responsabilidade da contratada as despesas com IPVA, licenciamento, seguros obrigatórios, bem como despesas decorrentes de locação, encargos diretos e indiretos, e todos os custos inerentes à plena e satisfatória locação, exceto abastecimento dos veículos, que ocorrerá por conta da contratante;

**18.23.** O projeto técnico da adaptação deverá atender ao que dispõe a Portaria 190/2009 do DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito devidamente documentado pelo "CAT - Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito" correspondente a marca e modelo do veículo ofertado, devendo ser apresentado em momento de aprovação da entrega dos veículos, pós-assinatura do contrato, não gerando assim custos aos licitantes e somente aos vencedores do certame, juntamente com o certificado técnico operacional emitido em nome do fornecedor quando este não for o próprio fabricante, e no formato de manual de instruções contemplando todas as funcionalidades, especialmente aquelas referentes ao acionamento da sinalização acústica e visual, sirenes, tomadas e conectores



elétricos e/ou eletrônicos, assim como outras instruções que se fizerem necessárias para a utilização em conformidade com as especificações acima descritas, a ser fornecido no ato da entrega.

**18.24.** A aquisição e recarga dos extintores de incêndio das ambulâncias serão de responsabilidade da contratada.

## **19. DA MANUTENÇÃO**

**19.1.1.** A empresa contratada deverá manter a limpeza e higiene completa dos veículos, que consiste na limpeza interna e externa dos veículos. E, obrigatoriamente, realiza-la sempre que a Contratante entender que seja necessária.

**19.1.2.** A manutenção veicular preventiva deverá ser realizada com periodicidade recomendada pelos fabricantes e de acordo com as especificações dos mesmos e a corretiva incluindo os serviços de funilaria, lubrificação, vidros, substituição de pneus e peças desgastadas, bem como quando houver a necessidade decorrente de imprevistos, tais como: panes mecânicas e elétricas, casos fortuitos ou motivos de força maior.

## **19.2. DA SEGURANÇA**

**19.2.1.** Manter os veículos assegurados contra roubo, furto, danos materiais e pessoais, proteção ampliada para cobertura para danos corporais causados a terceiros e danos materiais causados a terceiros, cobertura total para caso de destruição parcial ou total do bem durante todo o prazo de vigência contratual,

**19.2.2.** A empresa contratada responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à Contratante ou a Terceiros, por dolo ou culpa, bem como por aqueles que venham a ser causado por seus prepostos, ressalvada a hipótese de caso fortuito ou força maior, desde que devidamente comprovada.

**19.2.3.** A empresa contratada assumirá a responsabilidade por acidentes causados por problemas mecânicos, de vícios do veículo e seus componentes ou quaisquer outros problemas relacionados à falha do condutor do veículo.

**19.2.4.** Apresentará na efetivação do contrato, apólices de seguro com companhia seguradora idônea, juntamente com os comprovantes de quitação das referidas apólices, com responsabilidade para garantia dos danos que



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CABO FRIO  
SECRETARIA DE SAÚDE**

Processo: 18088/2025

Fls.

Rubrica:

forem causados a passageiros e a terceiros, com relação aos veículos a serem utilizados na mencionada prestação de serviços;

**19.3.** É obrigação da CONTRATADA orientar seus empregados quanto ao sigilo profissional que deverá ser mantido em relação às informações que venham a ter acesso.

**19.4.** É obrigação da CONTRATADA manter durante a vigência do contrato os recursos operacionais, estabelecimento e maquinário em pleno funcionamento, visando o atendimento satisfatório das demandas.

**19.5.** É obrigação da CONTRATADA obedecer fielmente a relação de pacientes/acompanhantes e escala de locais e horários de atendimento, expedida pela Secretaria Municipal de Saúde -SEMUSA, e destinação do transporte, ficando expressamente vedado o transporte de terceiros;

**19.6.** O retorno do veículo deverá ser feito somente após o último atendimento de pacientes citados na relação de paciente/acompanhante fornecida pela Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA;

**19.7.** É obrigação da CONTRATADA cuidar para que todos os seus funcionários usem de boas maneiras, respeito no trato com os pacientes, emprego de linguagem correta e cortês na execução dos serviços e comportamento diligente, prestando as informações necessárias;

**19.8.** Autorizar a CONTRATANTE a colocar nos veículos seus adesivos com logotipos.

**20. DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA:**

**20.1.** São expressamente vedadas à CONTRATADA:

**20.1.1.** A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, durante a vigência do contrato;

**20.1.2.** A veiculação de publicidade acerca do, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;

**20.1.3.** A subcontratação de outra empresa para a execução total ou parcial do objeto do contrato.

**21. DA DECLARAÇÃO LEI Nº 101/2000 ART. 16 e 17:**



**21.1.** Declaração que a despesa preenche os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000 e 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17.

## **22. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**22.1.** Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14,133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**22.2.** Conforme disposto no Decreto Municipal Nº 7074/23, Art. 131 parágrafo único, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas todas as sanções cabíveis desde o Art. 156 da Lei 14.133/21, subsidiariamente a todas as regras de sanção da Legislação vigente e conforme exposto abaixo:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CABO FRIO  
SECRETARIA DE SAÚDE

Processo: 18088/2025
Fls.
Rubrica:

**22.2.1.** Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento de igual teor, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei).

**22.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato ou instrumento de igual teor, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei).

**22.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato ou instrumento de igual teor, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

**22.2.4.** Multa:

- 1) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial.

**22.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou instrumento de igual teor, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

**22.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato ou instrumento de igual teor, poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

**22.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

**22.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

**22.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CABO FRIO  
SECRETARIA DE SAÚDE

Processo: 18088/2025
Fls.
Rubrica:

**22.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

**22.6.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**22.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**22.8.** A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

**22.9.** A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CABO FRIO  
SECRETARIA DE SAÚDE

Processo: 18088/2025

Fls.

Rubrica:

**22.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.


**22.11.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**23. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**23.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Fiscal do Município (Decreto Nº 7225/24).

**23.2.** Conforme Decreto Municipal Nº 7074/23, Art. 185, § 2º “Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentaria ou qualquer outra informação da origem dos recursos orçamentários, que somente serão exigidos para formalização do contrato ou instrumento hábil.

**24. DA ELABORAÇÃO E REVISÃO:**

Elaborador	Portaria	Rubrica
<i>Douglas Sampaio Rafael</i>	250403035	Documento assinado digitalmente  DOUGLAS SAMPAIO RAFAEL Data: 11/03/2026 15:05:42-0300 Verifique em <a href="https://validar.iti.gov.br">https://validar.iti.gov.br</a>

**25. DA APROVAÇÃO:**

**25.1.** Aprovo o presente Termo de Referência e a contratação do serviço requisitado, por constituir o seu objeto uma demanda da Administração Pública e dada a legalidade do processo, conforme legislação vigente, bem como por ter cumprido os princípios da Administração Pública;

**25.2.** Nos casos em que couber, deverão ser observadas as disposições contidas no Decreto Municipal nº 6.845 de 12 de maio de 2022, no qual tange a retenção de tributos no pagamento de fornecedores.

**Cabo Frio, 04 de fevereiro de 2026.**



**Beatriz Cavalcanti Trindade Marins**  
Secretária Municipal de Saúde  
Matrícula nº: 240403511





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CABO FRIO  
SECRETARIA DE SAÚDE

Processo: 18088/2025

Fls.

Rubrica:

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01	<b>Ambulância Tipo B – Atendimento Médico de Urgência</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Destinação:</b> Atendimento de urgências que não envolvem risco iminente de morte.</li><li>• <b>Equipamentos obrigatórios:</b> Monitor cardíaco, macas com fixação adequada, suporte para oxigênio, entre outros.</li><li>• <b>Veículo:</b> Deve ser utilitário, com mínimo de 2,5 metros de altura interna, adaptado para suportar os equipamentos e garantir a segurança do paciente.</li><li>• <b>Comportando Equipe mínima:</b> Condutor e técnico de enfermagem.</li></ul>	03
02	<b>Ambulância Tipo C – Unidade de Terapia Intensiva Móvel (UTI Móvel)</b> <ul style="list-style-type: none"><li>○ <b>Destinação:</b> Atendimento de pacientes em estado grave que exigem monitoramento constante e suporte avançado de vida.</li><li>○ <b>Equipamentos obrigatórios:</b> Equipamentos para ventilação mecânica, desfibrilador, monitor cardíaco, bomba de infusão, entre outros.</li><li>○ <b>Veículo:</b> Deve ser adaptado para transporte de pacientes em estado grave, com sistema de climatização e adequação aos equipamentos.</li></ul> <b>Comportando Equipe mínima:</b> Condutor, enfermeiro e técnico de enfermagem.	17
03	<b>Ambulância Tipo D – Unidade de Terapia Intensiva Móvel Avançada</b> <ul style="list-style-type: none"><li>○ <b>Destinação:</b> Atendimento a pacientes em estado crítico, com necessidade de cuidados especializados durante o transporte.</li><li>○ <b>Equipamentos obrigatórios:</b> Equipamentos de suporte avançado de vida, desfibrilador, ventilador mecânico, bomba de infusão, monitor de parâmetros vitais, entre outros.</li><li>○ <b>Veículo:</b> Adequação total para o transporte de pacientes em estado crítico, com possibilidade de atendimento por equipe médica durante o percurso.</li></ul> <b>Comportando Equipe mínima:</b> Condutor, enfermeiro, médico e técnico de enfermagem. (equipes por conta da CONTRATANETE)	06
04	<b>VAN FURGÃO</b> 1.1 - CARACTERÍSTICAS GERAIS – LOCAÇÃO MENSAL. 1.1.1 - Veículo automotor novo, tipo VAN FURGÃO, com tração 4x2, carroceria original de fábrica, modificado para o exercício das atividades como carga. 1.1.2 – Até 04(quatro) anos de fabricação veículo 0 km.(veículos em estoque	03



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CABO FRIO  
SECRETARIA DE SAÚDE

Processo: 18088/2025

Fls.

Rubrica:

de fábrica)

1.1.3 - Quatro portas, sendo duas dianteiras, uma traseira lateral direita corrediça e uma traseira bipartida. Todas as portas devem possuir sistema de travamento.

1.1.4 - Vidros, sendo que os das portas da frente deverão abrir e fechar completamente na vertical, com seus acionamentos por mecanismos elétricos, nas duas portas dianteiras.

1.1.6 – Porta lateral, sendo uma porta corrediça.

1.1.7 - Limpador com temporizador e lavador elétrico do para-brisa dianteiro.

1.1.8 - Espelhos retrovisores esquerdo e direito externos com comando interno elétrico, em console ao alcance do motorista.

1.1.9 - Sem divisória entre a cabine e o compartimento de carga.

1.1.10 - Indicador do nível de combustível e do nível de óleo.

1.1.11 - Iluminação da cabine e do compartimento de carga, com acionamento no próprio painel frontal e em cada luminária.

1.1.12 - Grade protetora do motor/cárter, devidamente fixada na parte inferior externa do motor, que não cause interferência no sistema de absorção de impactos no conjunto motor/transmissão.

1.1.13 - Bateria de 12v, com 92 Ah ou superior, adequada aos acessórios instalados e requeridos, fixada em compartimento específico, projetado para suportar possíveis vazamentos e vibrações extremas.

1.1.14 - Alternador com potência mínima de 14v / 150 ampères, adequado ao sistema elétrico e aos equipamentos existentes e os que possam ser gregados.

1.1.15 - Compartimento de carga com paredes e piso revestidos com material de alta resistência, lavável e apropriado para o funcionamento do ar condicionado.

1.1.16 - Demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN e em conformidade com o PROCONVE, DENATRAN, ABNT e Código Nacional de Trânsito.

1.1.17 – Com ar condicionado para climatização do veículo por inteiro, visando transporte de medicamentos e insumos altamente perecíveis, de forma a manter a temperatura entre 16°C e 20°C.

### DESEMPENHO

1.2.1 - Motor a diesel, com turbo compressor e intercooler, aspirado ou turbo comprimido, com potência máxima não inferior a 130 cv (NBRISO1585).

1.2.2. - Transmissão manual, de no mínimo 6 marchas à frente e uma à ré. Caso a transmissão seja automática, ela deve oferecer ao condutor botão ou alavanca para interação do condutor com o câmbio.

1.2.3 - Tacômetro (conta-giros do motor).

### SEGURANÇA

1.3.1 - Direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica, original de fábrica.

1.3.2 - Freios nas quatro rodas: a disco nas rodas dianteiras e freio a disco ou tambor nas rodas traseiras, com sistema antitravamento (ABS com gerenciamento eletrônico) integral das rodas, distribuição eletrônica da força de frenagem (EBD) e controle eletrônico de estabilidade (ESC).

1.3.3 - Cintos de segurança para todos os passageiros, considerando sua lotação completa, sendo os laterais retráteis de três pontos, e o central



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CABO FRIO  
SECRETARIA DE SAÚDE

Processo: 18088/2025

Fls.

Rubrica:

subabdominal ou de três pontos. A fixação dos cintos de segurança deverá ser nos pontos de fixação originais de fábrica, visto que a alteração dos pontos de fixação pode exigir nova homologação automotiva.

1.3.4 - Ar-condicionado instalado pelo fabricante, admitida a subcontratação, integrado

frio/quente tanto na cabine, quanto no compartimento de carga, e com função desembaçante do para-brisa, observada a instalação de revestimento térmico para manutenção das condições climáticas dentro do compartimento de carga. O sistema de ar condicionado deve ser dimensionado de forma a ser capaz de manter a temperatura do compartimento de carga abaixo de 20 graus Celsius mesmo nas condições de pico do verão brasileiro com incidência direta de radiação solar, bem como permitir o resfriamento adequado do compartimento de carga em tempo inferior a 5 minutos após o acionamento do sistema.

1.3.5 - Desembaçador de vidro traseiro.

1.3.6 - Banco individual para o motorista, com regulagens manual ou elétrica de distância, altura e inclinação do encosto e do assento, com apoio para cabeça ajustável em altura; e banco duplo bipartido para os dois passageiros, com regulagem manual ou elétrica de inclinação do encosto, também com respectivos apoios para cabeça igualmente ajustáveis em altura, na cor do acabamento interno do veículo. Todos devem ter o mesmo padrão, opcionais e materiais dos bancos do veículo de mesmo modelo/versão comercialmente ofertado pela marca.

1.3.7 - Sistema adicional de luz de parada (brake light).

### **RODAS E PNEUS**

1.4.1 - Rodas de aço escurecidas (cinza escuro, chumbo, preta ou grafite), ou de liga leve, de medidas compatíveis com o pneu utilizado, montadas com pneus idênticos aos do veículo original de fábrica, inclusive índices de velocidade e de carga suportada. Caso o veículo seja oferecido com diferentes dimensões de pneus (em versões diferentes, por exemplo), a CONTRATADA deverá consultar a CONTRATANTE para que esta defina a medida a ser adotada.

1.4.2 - O pneu deve suportar o peso do veículo e resistir às sobrecargas dinâmicas produzidas em aceleração e frenagem, pavimentação precária e buracos. Transmitir a potência útil do motor, os esforços em curva, na aceleração e na frenagem. Rodar regularmente, de forma segura, proporcionar uma condução do veículo com precisão, em grande variedade de solos e condições climáticas, possuindo um padrão "misto" (asfalto e off-road).

1.4.3 - O estepe do veículo deve ter rodas e pneus com as mesmas características de utilização das outras quatro rodas e pneus do veículo, não sendo admitido estepe de rodagem restrita em velocidade ou de uso temporário.

### **DIMENSÕES**

1.5.1 - Capacidade para transporte de três passageiros, incluindo o motorista, mais o compartimento de carga, sendo os bancos nas características mencionadas no item 1.3.6.

1.5.2 - Capacidade mínima do tanque de 65 litros de combustível (tolerância de 5%) e autonomia mínima de 700 quilômetros (tolerância de 7%).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DE CABO FRIO  
SECRETARIA DE SAÚDE

Processo: 18088/2025

Fls.

Rubrica:

	<p>1.5.3 - Dimensões externas e internas devem considerar o veículo original de fábrica, sem a inclusão das adaptações:</p> <p>a) comprimento mínimo do veículo: 6.198mm (tolerância de 1%);</p> <p>b) distância mínima entre eixos: 4.300 mm (tolerância de 2%);</p> <p>c) largura mínima: 2.000 mm (tolerância de 2%), sem retrovisor;</p> <p>d) altura mínima: 2.800 mm (tolerância de 2%);</p> <p>e) comprimento mínimo do compartimento de carga: 4.400mm (tolerância de 2%);</p> <p>f) altura mínima do compartimento de carga: 1.894mm (tolerância de 2%);</p> <p>g) largura interna mínima do compartimento de carga: 1.780mm (tolerância de 2%);</p> <p>h) largura interna mínima entre caixa de rodas do compartimento de carga: 1.350mm (tolerância de 2%);</p> <p>i) largura mínima da abertura da porta lateral corrediça: 1.200mm (tolerância de 2%);</p> <p>j) altura mínima da abertura da porta lateral corrediça: 1.800mm (tolerância de 2%); e</p> <p>k) altura mínima da abertura da porta traseira bipartida: 1.800mm (tolerância de 2%).</p> <p>1.5.4 - Capacidade total de carga útil mínima de 1.400Kg.</p> <p>1.5.5 - Suspensão original de fábrica reforçada.</p>	
05	<p><b>VEICULO SUV</b></p> <p>LOCAÇÃO MENSAL DE VEÍCULO TIPO SUV MÉDIO, com as seguintes configurações mínimas:</p> <p>CAMBIO AUTOMÁTICO, MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA (ABNT) DE 140 CV (GASOLINA/ETANOL - FLEX), 4 (QUATRO) portas, equipado com ar condicionado de fábrica (quente e frio), direção hidráulica ou elétrica, vidros elétricos (nas portas dianteiras), trava elétrica, sistema de alarme, air bag (duplo frontal), freios abs, entre eixos de 250 cm (mínimo), capacidade para 5 (cinco) pessoas, bicomcombustível / flex (gasolina/etanol), altura do solo mínima (vão livre) entre 16 e 19 cm, equipado com central multimídia de fábrica com entrada usb, jogo de tapetes, equipado com todos os itens de segurança exigidos pelo denatran, juntamente com o CRV (CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULOS).</p> <p><b>OBS: TODOS OS VEÍCULOS SERÃO: SEM MOTORISTA, O COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATANTE, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA POR CONTA DA CONTRATADA.</b></p>	03